

Segurança pública e direitos humanos: uma análise da produção legislativa da ALMG (2015-2025)

Resumo simples

Este estudo analisa a produção legislativa de autoria parlamentar referente à segurança pública e aos direitos humanos apresentada na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) entre 2015 e 2025. O objetivo é identificar o que tem sido proposto pelo Legislativo estadual sobre essas temáticas, a partir da análise de proposições distribuídas às comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos. O estudo aplica análise de conteúdo temático-categorial a dados primários da ALMG, classificando as 715 proposições que tramitaram nos referidos colegiados segundo seu tema e viés (punitivo, repressivo, garantista ou híbrido), com base também nas variáveis autoria, gênero, partido, legislatura e situação da tramitação. Os resultados preliminares revelam padrões de polarização e convergência em torno de temas como controle penal, violência institucional, proteção de grupos vulneráveis e militarização da segurança, com predomínio do viés repressivo. Ao aprofundar esses pontos, o estudo contribui para a compreensão da política legislativa em contextos subnacionais e oferece subsídios para o debate sobre o papel dos parlamentos na formulação de políticas públicas.

Resumo expandido

A relação entre segurança pública e direitos humanos tem se consolidado como uma das arenas mais disputadas da política contemporânea, especialmente em contextos marcados pela intensificação da violência urbana e pelo fortalecimento de discursos punitivistas. No Brasil, embora a estrutura programática e legislativa sobre segurança costume estar ancorada no plano federal, a formulação normativa sobre o tema é profundamente influenciada por dinâmicas estaduais, considerando o protagonismo das assembleias legislativas nessa agenda, inclusive à luz de disposições constitucionais, no controle das forças policiais e na fiscalização de políticas públicas de segurança pública.

Diante disso, este trabalho analisa, de forma descritiva, o conteúdo das proposições legislativas apresentadas na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) entre os anos de 2015 e 2025, que foram distribuídas para parecer nas Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos. O objetivo é identificar o que tem sido proposto pelo Legislativo estadual sobre essas temáticas, com vistas a verificar os padrões e tendências envolvidos. O recorte temporal contempla integralmente a 18ª (2015–2018) e a 19ª legislatura (2019–2022), e, de forma parcial, a 20ª legislatura, iniciada em 2023 e com término previsto para janeiro de 2027. A filtragem das proposições a partir daquelas encaminhadas às referidas comissões temáticas justifica-se por duas razões principais. A primeira, de ordem operacional, refere-se ao elevado volume de proposições apresentadas ao longo do período — cerca de 12.662

proposições exclusivas¹. A segunda, de ordem técnica, considera que, no processo legislativo, a distribuição às comissões obedece a critérios de competência temática, definidos conforme o conteúdo da matéria em tramitação.

A metodologia combina uma abordagem quantitativa dos dados — voltada à caracterização das proposições segundo tipo (projeto de lei, projeto de resolução, proposta de emenda à Constituição e projeto de lei complementar), autoria, gênero, partido, legislatura e situação da tramitação — com uma análise de conteúdo temático-categorial (Oliveira, 2008; Bardin, 2011; Batista; Oliveira; Camargo, 2021), aplicada à íntegra dos textos iniciais das proposições. Em ambas as frentes de análise, recorre-se à estatística descritiva para a apresentação dos achados, com o apoio de representações visuais, como gráficos, tabelas, quadros e nuvens de palavras. A análise temática será orientada por categorias analíticas definidas com base na literatura (Campos, 2014; Vasquez; de Freitas; Martins, 2023; Speroto, 2024) e por meio de iteração no tratamento do banco de dados, conforme recomendado por analistas que empregam essa técnica (Sampaio; Lycarião, 2021).

Classificamos as proposições segundo dois eixos analíticos. O primeiro se refere ao tema principal das proposições, com base em categorias neutras que não pressupõem orientação normativa prévia. As categorias temáticas adotadas foram: tipificação penal e alteração de penas; organização e funcionamento das forças de segurança; mecanismos de controle institucional e transparência; garantias legais e processuais; proteção de grupos específicos; ações e programas de prevenção; violência estatal; homenagens; datas comemorativas; reconhecimento de utilidade pública; gestão de pessoal e funcionalismo público; e estrutura e funcionamento da administração pública. O segundo eixo classificatório diz respeito ao viés normativo predominante no conteúdo das proposições, considerando as seguintes categorias: punitivo, garantista, repressivo e híbrido.

Em relação à ancoragem teórica, dialogamos com a literatura que trata do comportamento legislativo na área da segurança pública, abordando as gramáticas e os discursos sobre crime, controle social e direitos (Barreiras, 2022; Novello; Alvarez, 2022), as proposições normativas específicas relativas à criminalidade (Frade, 2007 apud Campos, 2014) e a atividade legislativa desenvolvida nas comissões temáticas (Speroto, 2024). Além disso, recorreremos a estudos sobre a organização legislativa. A literatura sobre os sistemas de comissões legislativas indica que essas instâncias atuam como arenas cruciais de filtragem, especialização e controle da agenda (Rocha; Barbosa, 2008), exercendo impactos diretos sobre o conteúdo das políticas públicas. Estudos mais recentes têm destacado que, no plano subnacional brasileiro, as comissões também desempenham um papel normativo e

¹ A filtragem foi realizada por proposição. Assim, nos casos de autoria coletiva, os dados referem-se à primeira pessoa autora identificada na listagem.

simbólico, especialmente na mediação entre demandas territoriais e interesses partidários (Freitas, 2016).

Os resultados preliminares apontam para a coexistência de proposições com forte viés repressivo — como aquelas voltadas ao aumento de penas, ao fortalecimento das forças policiais e à criminalização de condutas. Observa-se, ainda, que a Comissão de Segurança Pública concentra o maior volume de proposições (507), enquanto a Comissão de Direitos Humanos abriga, proporcionalmente, maior diversidade temática. Há indícios de segmentação partidária das agendas, com parlamentares de partidos situados no espectro da centro-direita e da direita priorizando iniciativas de endurecimento penal, ao passo que parlamentares de partidos de esquerda tendem a apresentar proposições com viés garantista.

Ao mapear as proposições legislativas que transitam entre essas duas comissões, o estudo evidencia como o Legislativo estadual mineiro organiza e expressa os conflitos e consensos em torno da segurança pública, atuando não apenas como espaço de produção normativa, mas também como arena de construção simbólica de visões sobre crime, punição e direitos, conforme indicam analistas (Ricci; Lemos, 2004). O trabalho contribui para a compreensão da política legislativa em contextos subnacionais e oferece subsídios para o debate sobre o papel dos parlamentos na formulação de políticas públicas.

Referências

Bardin, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

Barreiras, M.B. **Discursos Parlamentares em Política Criminal O Punitivismo na Câmara dos Deputados**. TCC (artigo científico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Poder Legislativo e Direito Parlamentar). Instituto Legislativo Brasileiro, 2022.

Batista, F. F.; Oliveira, G. S. de; Camargo, C. C. O. de. *Análise de conteúdo: pressupostos teóricos e práticos*. **Revista Prisma**, v. 2, n. 1, p. 48-62, 25 dez. 2021.

Campos, M.da S. *Crime e Congresso Nacional: uma análise da política criminal aprovada de 1989 a 2006*. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº15. Brasília, setembro - dezembro de 2014, pp. 315-347.

Freitas, A. *O papel do Legislativo: o impacto das alterações no arcabouço legal*. In: Freitas, A. **O presidencialismo da coalizão**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2016, pp. 60-78.

Novello, R. H.; Alvarez, M. C.. *Da 'bancada da segurança' à 'bancada da bala': Deputados-policiais no legislativo paulista e discursos sobre segurança pública. Dilemas*: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, n. 1, p. 81–101, jan. 2022.

Ricci, P.; Lemos, L.B. (2004), *Produção Legislativa e Preferências Eleitorais na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, no 55, pp. 107-130.

Oliveira, D. C de. Análise de conteúdo temático categorial: uma proposta de sistematização, **Revista de Enfermagem**, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, vol. 16, n° 4, p. 569-576, outubro/dezembro, 2008.

Rocha, M. M. da.;Barbosa, C. F. Regras, incentivos e comportamento: as comissões parlamentares nos países do Cone Sul. **Revista De Sociologia E Política**, 16, 93–104, 2008.

Sampaio, R.C.; Lycarião, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Escola Nacional de Administração Pública, 2021.

Speroto, D.L **Perfil e produção legislativa na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo**: uma análise da atuação dos deputados da comissão de segurança e combate ao crime organizado na Ales durante a 19ª legislatura (2019-2023). Dissertação (mestrado profissional em Segurança pública), Universidade de Vila Velha. 133f.

Vasquez, V.; de Freitas, G.; Martins, M. Z. Uma “fraquejada”? Produção legislativa sobre gênero no Brasil em contexto conservador. In: **Partidos e Instituições Políticas no Brasil contemporâneo**. Belém: Ed. UFPA, 2023. p. 66–84